

AS MÚLTIPLAS FACES DA MILITÂNCIA: A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE MANOEL JACINTO CORREIA

Verônica Karina Ipólito (Unesp)

Resumo: Este trabalho analisa a trajetória política do integrante do Partido Comunista do Brasil (PCB) Manoel Jacinto Correia desde sua chegada a Londrina, cidade localizada no norte do Paraná, até a promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN) em 1953. Para a pesquisa foram utilizados depoimentos de Manoel Jacinto, seus familiares e, de forma secundária, mas não menos importante, as declarações dos ex-militantes Hermógenes Lazier e Jacob Gorender. Tais evidências são significativas para refletir sobre a fidelidade ao comunismo manifestado na trajetória política de Manoel Jacinto e do reflexo de suas escolhas na vida de parentes e amigos. A abordagem da pesquisa dará destaque à cultura política, ressaltando o seu papel nas relações de poder, considerando os valores, tradições e cultura dos atores sociais envolvidos nas ações cotidianas ou partidárias no setentrão paranaense.

Palavras-chave: Manoel Jacinto Correia; PCB-PR; militância política.

Financiamento: Capes.

Introdução/Justificativa

A trajetória da militância política de Manoel Jacinto Correia, um dos principais líderes comunistas do norte do estado do Paraná, é um tema que carrega a singularidade de um jovem pai de família, sedento por um ideal revolucionário e que faz do PCB não apenas uma bandeira de luta, mas um estandarte no qual projeta seus sentimentos e emoções, seus anseios e temores. A convivência com companheiros de partido pertencentes ao Comitê Central de Londrina (como o Dr. Newton Câmara, Dr. Milcíades Pereira da Silva, Bento Paiva, Almo Saturnino e Gerson Monteiro de Lima) e principalmente com os militantes comunistas de projeção nacional (Jacob Gorender, Gregório Bezerra, João Saldanha) mostra como foi possível a abertura dos quadros do PCB, a partir do processo de democratização que resultou na legalidade do partido em 1945 até a sua proscrição em 1947, mas também revela hierarquias e desentendimentos entre os próprios militantes, bem como o reflexo das escolhas de Manoel Jacinto na vida de parentes e amigos.

Manoel Jacinto nasceu em 1917, natural de Paraíba do Norte, no estado do Ceará, era filho de José Jacinto Correia e Maria Joana Correia. Decidiu abandonar o lar porque seu pai que era cego e dependia de ajuda popular para sobreviver, o surrava sempre quando o dinheiro, fruto do pedido de esmolas e doações, não entrava. (ADUM, 2002, p. 111)

Casou-se com a costureira Ana Pereira Correia, popularmente conhecida como "Anita", a qual apesar de não apoiar integralmente suas atividades no partido, também se converteu em ativista política ao fundar a Associação Feminina de Londrina, entidade que primava pelos direitos da mulher. Foi pai de 11 filhos e ao longo de sua trajetória se consolidou como um dos pioneiros do PCB no norte do

Paraná, empreendendo lutas de cunho social até meados dos anos de 1970. (ADUM, 2002, p. 111)

Da mesma forma que inúmeros migrantes, muitos dos quais também nordestinos, Manoel Jacinto se fixou no norte do Estado atraído pela propaganda de terras férteis da região. Não alcançando o objetivo de conseguir um lote de terra, passou a residir em Londrina desde fins do ano de 1945, exercendo, inicialmente, a profissão de pedreiro. Dois anos mais tarde, foi eleito vereador da cidade pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Neste ano não pôde ser candidato pela sigla do PCB pelo fato do partido ter sido proibido de participar da vida democrática, o que incluía o impedimento de lançar candidatos ao pleito eleitoral.

Os distintos momentos em que esteve preso também demonstram que era capaz de assumir o compromisso com a sociedade até as últimas consequências. Mesmo assim, sua insatisfação com o partido está mais evidente ao fato de ter sido relegado a uma posição secundária no interior do PCB, agremiação para a qual contribuiu como militante entre os anos de 1940 e 1950.

A análise da trajetória da militância política de Manoel Jacinto Correia no norte do Paraná, a convivência com colegas do partido e os impasses da família e amigos em relação às suas atividades partidárias é um tema cuja pesquisa somente se tornou viável em razão de mudanças no campo da escrita da História. O prestígio dos estudos centrados na área da História Política é tributário da renovação das abordagens de pesquisas nas ciências sociais. A incorporação de elementos teóricos e metodológicos da antropologia permitiu a ampliação da compreensão do político para além das esferas institucionais, acrescentando as atitudes, os valores e as ações de indivíduos como comportamentos a serem analisados nas abordagens dessa natureza.

Outro aspecto a ser considerado é a “renovação” pela qual passou a História Política desde os anos de 1970, concentrada na adoção das dimensões subjetivas do político. Este redirecionamento contribuiu para o aprofundamento dos estudos centrados nessa área. Rodrigo Patto Sá Motta (1996, p. 92) identificou o “redespertar” da História Política em duas vertentes de pesquisa. Por um lado, uma renovação, ainda que tímida, dos enfoques sobre objetos tradicionais da política. Os adeptos dessa tendência voltaram-se para a análise de práticas coletivas e comportamentos sociais, se distanciando da perspectiva tradicional do político, mais concentrado nas elites e no Estado. Por outro lado, estão os esforços de pesquisadores interessados em apagar os últimos vestígios da História Política tradicional ou *événementielle*, enfocando suas pesquisas na exploração de novos objetos. Essa tendência visa encontrar as relações de poder na manifestação do inconsciente, nas representações e nos valores do comportamento humano. A identificação de ao menos duas grandes tendências dentro da “Nova” História Política indica que o fenômeno de “renovação” não ocorreu de forma unilateral e homogênea.

Ao abordarmos a trajetória da militância comunista de Manoel Jacinto Correia objetivamos, neste texto, evidenciar, ainda, a configuração social na qual ele estava inserido, seus conflitos e contradições interligados a um contexto de mudanças em âmbito nacional e regional no período em questão.

O recorte temporal da pesquisa segue um eixo bem definido: 1945-1953, momento em que o norte do Paraná foi marcado pela efervescente organização dos trabalhadores rurais, sobretudo sintetizado na luta pela terra como foram os casos da Guerra de Porecatu, a Revolta do Sudoeste e por uma luta política cotidiana nas cidades sejam pelos debates políticos do final da Segunda Guerra, do processo de

legalização do PCB e sua posterior proscrição ou dos constantes movimentos sociais urbanos. A participação de Manoel Jacinto nessas agitações, ora se fazendo presente como ocorreu na Revolta de Porecatu, ora agindo nos bastidores ao entregar panfletos na madrugada londrinense, o tornaram visado pela polícia política que chegou a fichá-lo¹ e aprisioná-lo diversas vezes. Ainda que considerado um período de abertura política, competia à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), o controle político-cultural ou de qualquer forma de expressão que significasse ameaça à ordem social estabelecida. A ideia e o pensamento eram os objetos de censura e de investigação. Nessa perspectiva, o órgão censor apresentava-se mais eficaz. Entidades, instituições e principalmente militantes passaram a ser alvo de vigilância permanente, tornando-se objeto de investigação policial.

Para essa análise, o artigo discutirá as privações pelas quais Manoel Jacinto, seus familiares e amigos se submeteram. Tal adesão à militância está imersa na crença do que Raoul Girardet (1987, p. 101) denominou de “Idade de Ouro”, ou seja, na concepção de que por uma luta revolucionária chegaria o momento no qual os problemas e contradições entre as pessoas seriam equacionados, eliminando a cobiça, os conflitos e os desníveis sociais.

Objetivos

Objetivo geral

- Analisar a trajetória de militância política do comunista Manoel Jacinto Correia entre os anos de 1945 a 1953.

Objetivos específicos

- Contextualizar a militância comunista de Manoel Jacinto Correia no norte do Paraná;
- Apresentar as divergências entre militantes em relação as manifestações de poder no interior do PCB;
- Refletir sobre a fidelidade ao comunismo manifestado na trajetória política de Manoel Jacinto Correia;
- Abordar o reflexo das escolhas de Manoel Jacinto Correia vida de parentes e amigos.

Resultados

Os poucos trabalhos que se debruçaram sobre o PCB no norte do Paraná, afirmam que este partido passou a existir no estado após 1930, mais precisamente depois de 1945, quando da I Conferência Estadual que levou à direção do PCB no Paraná os comunistas, como Meireles, Walfrido Soares de Oliveira, Dario, Jacob Schmidt e outros, que construíram a história do partido no Estado (GONÇALVES, 2004). Segundo depoimento do militante comunista Hermógenes Lazier (2008, p. 172), existia dois comitês estaduais no Paraná, um fato inédito comparado com o restante do país. Esses comitês estaduais estavam organizados da seguinte forma: o do sul, localizado em Curitiba e influenciado pelo PCB de Santa Catarina; e, o do norte, sediado em Londrina e muito mais próximo dos comunistas paulistas, principalmente de alguns dirigentes, como João Amazonas e João Saldanha. Como

mencionado anteriormente, um dos principais líderes no norte do Paraná foi Manoel Jacinto Correia. No entanto, como afirma Hermógenes Lazier (2008, p. 173), a aproximação do comitê comunista de São Paulo com o norte do Paraná ultrapassava os interesses políticos.

Segundo Lazier (2008, p. 173), desde 1945 toda a produção de café do norte do Paraná era destinada ao porto de Santos (SP) em vez de ser encaminhada ao porto de Paranaguá (PR). O que espanta o militante comunista é o fato do PCB não encabeçar uma luta contra a rota do café até o porto de Santos, uma vez que os impostos atribuídos ao produto comercializado, naturalmente iriam para os cofres paulistas. Em sua visão, os paulistas (inclusive militantes) ainda viam o Paraná como uma extensão paulista: “a coisa é tão séria nessa briga entre São Paulo e Paraná que a estrada de ferro, que vinha de Apucarana a Curitiba, que poderia ser construída em cinco anos, levou vinte, devido a inúmeras sabotagens” (LAZIER, 2008, p. 173). A queixa de Lazier, que pertencia ao comitê do PCB de Curitiba (PR), era a de que o comitê de Londrina estava mais vinculado aos paulistas e que isso impedia o relacionamento entre os dois comitês paranaenses: “a regional do Norte relacionava-se mais com São Paulo do que com o pessoal daqui.” (LAZIER, 2008, p. 173)

Na década de 1940 várias famílias oriundas do interior de São Paulo, Minas Gerais e do nordeste migraram para a região norte do Paraná, atraídas pela nova política de terras implementada pelo governo Vargas e conhecida como Marcha para o Oeste. Esse projeto visava não apenas a mera ocupação territorial, mas defendia um plano de identidade nacional. A ocupação territorial encabeçada pelo Estado Novo também tinha o objetivo de consolidar uma nova sociedade democrática e robustecer o sentimento de identidade nacional.

Tal concepção geopolítica tornou-se fundamental para a ocupação desses territórios. Criou-se a imagem de espaços “vazios”, o que atualizava o conceito de “sertão”, utilizado por Euclides da Cunha para especificar as localidades “abandonadas” pelo poder estatal. O preenchimento desses espaços desconsiderava a existência de nativos e outros povos que ali residiam ao mesmo tempo em que criou agências destinadas a planejar e implementar a ocupação desses territórios. No intuito de encobrir tais áreas foi lançado em 1940 o projeto da “Marcha para o Oeste”, o qual primava por arquitetar um plano de integração democrática para o Brasil. Ainda assim, vários historiadores fortalecem a concepção de “vazio demográfico” ao utilizarem em suas análises a perspectiva de que não havia populações indígenas na região meridional e sudeste do país, afirmando que tais áreas foram ocupadas postumamente por imigrantes europeus e empresas de colonização imobiliária. (MOTA, 1994; MOTA, 2004; HOLTZ, 2001)

As primeiras tentativas de empreendimentos colonizadores por iniciativa privada no norte do Paraná ocorreram na década de 1920, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) planejava desmatar a região visando o cultivo de algodão para exportação. Com o insucesso deste projeto a empresa optou por repartir a terra e disponibilizar grandes lotes à venda. No entanto, o *crash* de 1929, acompanhado da Revolução Constitucionalista de 1932 e do início da Segunda Guerra Mundial afugentaram os investidores e conduziram a CTNP a realizar uma nova divisão a qual privilegiou o parcelamento em pequenos e médios lotes. Essa oportunidade atraiu “colonizadores” e “aventureiros”, contribuindo para o crescimento de Londrina, então conhecida por “Pequena Londres”, a qual passou à condição de município em 1934 e transformou-se em Comarca em 1938. (FERNANDES, 2013)

As representações de Londrina como o “Eldorado” e “Terra da Promissão” incentivou a vinda de pessoas de todo o país e mesmo do exterior. Entretanto, as promessas foram maiores que as oportunidades de trabalho, fato que resultou na marginalização e miséria de parte da população no campo ou na cidade. Era comum a elite da época separar os imigrantes e migrantes em dois grupos: os “trabalhadores” e os “marginais”, sem levar em consideração os problemas e as faltas de oportunidades que os atormentavam. Muitas vezes, para se sustentar, alguns pais de família “honestos” eram levados a exercerem tarefas “marginais” e, por isso, tornavam-se alvos da vigilância e repressão do poder público. (HOLTZ, 2001, p. 32)

Concomitante à oferta de terras da CTNP o Interventor Manoel Ribas iniciou já no momento de sua posse ao Governo do Paraná, em janeiro de 1932, a campanha estadual de ocupação da região setentrional. Tais terras, conhecidas como devolutas, apenas deveriam ser concedidas mediante a comprovação de que o local seria utilizado para “cultura efetiva e moradia habitual”, em conformidade com a Lei Estadual nº 68, de 20 de dezembro de 1892 (FERNANDES, 2013, p. 42)

Muitas famílias que não conseguiam obter a posse de terras por um valor acessível ou simplesmente sem terem quaisquer condições financeiras tentavam consumir a propriedade de um lote de terra devoluta. Neste caso, “o interessado ocupava uma área, entrava com um requerimento à Comissão Mista de Terras, com o compromisso de derrubar a mata, produzir e recolher os impostos durante seis anos para então obter o título definitivo da propriedade”. (FERNANDES, 2013, p. 42)

Mediante as possibilidades apresentadas, tanto dos lotes ofertados pela CTNP quanto das terras devolutas, iniciou-se um processo desordenado de ocupação, fato que proporcionou o surgimento de diversos conflitos, entre os quais os mais comuns eram os impasses entre posseiros e grileiros: os primeiros, que ocupavam os lotes apoiados pelas demandas legais previstas pela Comissão Mista de Terras e os últimos, os quais utilizando métodos diferenciados, como o uso da violência ou a falsificação de documentos, estavam a serviço de grandes fazendeiros interessados na expansão de suas propriedades na busca de novas terras para o cultivo do café, produto que se sobrevalorizou no mercado internacional após o encerramento da Segunda Guerra.

Em meio a este cenário de tensões e conflitos pela posse de terras na região setentrional do estado do Paraná, emerge uma das insurreições mais notórias deste período, alcunhado pela historiografia como “Revolta de Porecatu” (1948-1951). A singularidade dessa agitação certamente está concentrada no fato do PCB tê-la adotada como uma primeira experiência no campo de tentativa de implantação do projeto revolucionário comunista. O ponto de apoio para as atividades do partido era a cidade de Londrina, localizada a 90 km da área em litígio. Líderes comunistas reconhecidos nacionalmente como Gregório Bezerra e João Saldanha visitaram a região e em conjunto com o Comitê Central de Londrina – instalado na cidade em 21 de junho de 1945 e cuja uma das principais lideranças era Manoel Jacinto Correia – encabeçaram este projeto ambicioso, o qual recebeu apoio, mas também críticas dos próprios quadros do PCB.

O comitê de Londrina, por sua vez, é analisado por alguns historiadores como um órgão que atuava em uma região essencialmente agrícola, visto que no início da década de 1950, Londrina possuía o equivalente a 70.000 habitantes, sendo que desses, somente 39.000 viviam na área urbana (ADUM, 2003, p. 3). A construção do pensamento de que o campo representaria um “atraso” desde a segunda década do século XX (PRADO JUNIOR, 1966), pode ter interferido na

visão de muitos militantes comunistas, sobretudo de grandes centros como Curitiba e São Paulo, que passaram a enxergar no norte do Paraná uma região agrícola, despreparada e que deveria receber assistências de outros comitês. Até então, as preocupações do PCB no país estavam voltadas para atividades urbanas e movimentações do operariado. As poucas tentativas de atuação do partido em áreas rurais ocorreram em momentos localizados, quando, por exemplo, em 1927 foi criado o Bloco Operário e Camponês (BOC), o qual não teve políticas significativas voltadas para o campo.

O ex-militante e historiador Jacob Gorender relata que em fins dos anos de 1940 a início de 1950 a composição dos quadros da base no norte do Paraná era de “militantes camponeses, gente radicada no campo e elementos da cidade de Londrina”. Sobre Manoel Jacinto, Gorender afirma: “não sei até onde ele cursou, não deve ter ido muito longe”. A visão de Gorender, que à época visitou algumas vezes a região e manteve contato com Manoel Jacinto, era a de consolidação de um comitê formado, em grande medida, por pessoas provenientes ou que ainda residiam no campo, muitos imigrantes e nordestinos. Quando a Revolta de posseiros de Porecatu explodiu no norte do Paraná, o PCB procurou aproveitá-la para “tornar aquilo uma base permanente de luta armada e estendê-la, formar ali uma espécie de território libertado.” (ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 02-03; 06)ⁱⁱ

Em função da oportunidade vista pelo PCB em instalar na região uma espécie de “comunismo rural”, o partido designou “um militante do Rio para dirigir o comitê de Londrina e um membro do comitê central, o Celso Cabral”. Além disso, a autonomia do diretório londrinense foi retirada e “toda a região do norte do Paraná, incluindo Porecatu, ficou subordinada à orientação do Comitê Estadual de São Paulo, cujo primeiro secretário, em 1951, era Carlos Marighela”. Toda essa movimentação deixou clara que a atuação do PCB na região não se tratava apenas de assistência, tampouco somente no interesse na libertação daquelas terras e na reintegração de posse às pessoas que há anos residiam na área. (APTU. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 03)

Nesse ponto, é possível concordar com Pierre Bourdieu (1989, p. 164), para quem a ideia do pensamento simbólico é tão importante quanto o pensamento material. Em sua visão, o político pode ser compreendido como um “campo de forças” e, portanto, como um “campo de lutas”. A noção que envolve os “campos” (político, religioso, econômico etc.) está relacionada ao poder. Nesse sentido, o campo político “é o lugar em que geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos (...), conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’.” (BOURDIEU, 1989, p. 164)

No que se refere ao poder, principalmente no interior do que se convencionou chamar de Nova História Política, René Rémond (2003, p. 444) é taxativo quando afirma que a “política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque tem como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder” (RÉMOND, 2003, p. 444). Ao que tudo indica, o interesse do PCB na Revolta de Porecatu estava irrestritamente voltado em alcançar o poder. O partido não contava com “nenhuma experiência” e não havia “especialistas agrários realmente capazes”. O argumento central que motivou o PCB a se aventurar em conflitos por terras no norte paranaense se justificava por apontamentos gerais: “a ideia primeira era manter os posseiros nas suas posses. Impedir que eles fossem despejados. Impedir

que o poder e as autoridades do estado constituído voltassem a Porecatu. Manter aquilo defendido pelos guerrilheiros”. (APTU. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 04)

Apesar da participação do PCB, de seus planos para a área litigada e da visão que nutria sobre Manoel Jacinto, Jacob Gorender considera a experiência de Porecatu como fracassada, seja porque o partido não atingiu seus objetivos de implantar o comunismo na região e torná-la uma área de libertação nacional, seja porque os “posseiros, [sob] pressão (...), aliciamento e pelas promessas feitas [pelo governo estadual Munhoz da Rocha], começaram a fraquejar e alguns começaram a aceitar (...) compensações financeiras e terras noutros lugares”. Gorender reitera que o PCB forneceu à região de Porecatu instrumentos tanto teóricos (cursos para os dirigentes locais e homens do comitê nacional que se dirigiram para a região em conflito), quanto logísticos (“armas, esconderijos, alimentos, remédios”), além de reiterar a importante atuação de Manoel Jacinto, ainda que este não tivesse uma formação acadêmica como parte significativa das lideranças do partido. (APTU. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985, p. 04-05)

A sedução pela política foi algo marcante na trajetória de militância de Manoel Jacinto. Ao voltar do trabalho na construção civil em uma tarde do ano de 1946, o jovem cearense, então com 26 anos, avistou uma manifestação reivindicando o direito de greve em uma das ruas de Londrina, no norte do Paraná. Homem de hábitos simples, mas persistente em seus ideais, partiu do Nordeste para Minas Gerais até se fixar em terras londrinenses nos anos de 1940. Sempre envolto em um espírito de coletividade, chegou a ser pastor evangélicoⁱⁱⁱ, mas se afastou das atividades religiosas após ser expulso por um dos reverendos que não aceitaram suas críticas à Igreja^{iv}. A necessidade de uma base ideológica era uma busca constante de Manoel Jacinto. Sua mulher, Dona Anita, apoiava a decisão do marido em busca de um suporte ao qual se apoiar: “Então a gente via que tinha muita coisa errada dentro da Igreja, mas a gente não sabia como sair” (APTU. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985, p. 01). Apesar de se estabelecer em Londrina como mestre de obras e desfrutar de uma remuneração considerável, ao menos para garantir o sustento de sua família e criar perspectivas para o futuro, havia algo mais que inquietava Manoel Jacinto. Sua filha, Elza Correia, destaca a facilidade com que seu pai se envolvia com mobilizações, pronunciamentos, discursos e quaisquer atividades de cunho reivindicatório: “meu pai era linha de cabeça, entrou na passeata e quando percebeu estava carregando uma bandeira (...), fez um pronunciamento (...) e saiu de lá filiado ao Partido Comunista do Brasil”.

A partir de então, como ressalta Elza Correia, seu pai enfatizava que havia encontrado “o caminho”, enquanto a família iniciou uma fase de privações. Era o preço da luta revolucionária:

A nossa vida era péssima. Eu tenho irmãos hoje que (...) tem aversão ao Partido Comunista (...). Não poderia ser tão bom (...) que a gente vivesse miseravelmente e que não assumisse a responsabilidade de pagar até o dinheiro que meu pai devia receber quando estivesse preso e trabalhando pelo partido. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 03)

A experiência relatada por Elza Correia, filha de um comunista pertencente ao PCB de Londrina, contrasta com a noção de “sociedade ideal”, típica do discurso partidário e que encontra fundamentação no conjunto doutrinário conhecido como “marxismo-leninismo”. Por um lado, o PCB norte paranaense construiu uma “cultura

política” (BERSTEIN, 1998, 350-351) específica: um partido que anseia pela legalidade, se estabelece relativamente na base filosófico-doutrinal do marxismo na busca pela identidade histórica, reclamando pelo ideal revolucionário, seja no campo ou na cidade. Produz um sistema político de ampla atuação junto às massas, liderando algumas manifestações de ampla repercussão – como no caso da Revolta de Porecatu^v – e mobilizações cujo sentido ultrapassa as fronteiras do Estado – a exemplo do Movimento dos Partidários da Paz^{vi}. Os casos mencionados assinalam, segundo Barros (2009, p. 154), “como uma cultura política articula simultaneamente uma leitura comum do passado e uma projeção do futuro vivida em conjunto”. Em suma, vida particular e vida pública eram bem distintas: muitos comunistas passavam por privações, mas a luta não podia parar.

Ao chegar a Londrina em 1946, Manoel Jacinto disse que entrou para o PCB pelo fato de se identificar com o discurso do partido. Considerado legal entre os anos de 1945 e 1947, Manoel se candidatou e foi eleito vereador na cidade pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em razão da proscricção do PCB, em 1947. No entanto, Manoel Jacinto continuava integrando os quadros do PCB, pois a alternância de sigla partidária nas eleições municipais se tratava apenas de uma estratégia para burlar a polícia política e manter o PCB ativo, ainda que fosse considerado clandestino a partir de 1947. Para Manoel Jacinto, os “oradores [do PCB] falavam umas coisas que eram muito coerentes com o meu sofrimento, com minha vida, com minha revolta (...), das injustiças que sofri dadas as perseguições que tive, das humilhações de fazendeiros, da humilhação de patrões”. (APTU. Entrevista. Manoel Jacinto Correia. Não datado, p. 5)

Em outra fala, sua esposa na época, Dona Anita, não traz elogios ao “Partidão”. Em sua visão, havia uma prática comum no PCB em “desligar” seus membros mais atuantes da produção, para que eles trabalhassem de modo incisivo no interior dos quadros partidários. Assim, já em fins dos anos de 1940, Manoel Jacinto foi declarado “desligado da produção”, momento em que o partido assume suas responsabilidades – inclusive financeiras – atribuindo a ele e a sua família o que deveria ser uma pensão mensal.

No entanto, Anita e Elza Correia, esta última uma das filhas de Manoel Jacinto, são categóricas ao enumerarem uma série de reclamações ao partido, que vão desde atrasos às pensões até denúncias de que alguns filiados ao PCB se aproveitavam de maneira ilícita dos recursos do partido para ampliar seus patrimônios. “Não aguentávamos mais vestir roupas (...) nem calçados dos outros”, afirma Anita. (APTU. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985, p. 20). O luxo e a ostentação eram típicos de burgueses. Por isso, não fazia sentido que o militante e sua família fizessem parte do mundo consumista. A filha de Manoel Jacinto, Elza Correia, completa dizendo que se tratava de “muita exploração”, exigirem que o seu pai se desligasse da produção, ou seja, deixasse de ser pedreiro para servir o partido sem ganhar quase nada em troca: “porque a ajuda de custo (...) que o partido dava nunca chegava lá em casa, principalmente quando o pai estava preso. Então, se não fosse a costura da minha mãe e da vizinhança doar uma coisa ou outra, [seria] o caos”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 8)

Além do mais, a vida familiar e mesmo conjugal eram afetadas com as constantes mudanças de endereço e prisões. Elza Correia afirma que o nascimento de uma de suas irmãs – Eunice – ocorreu em uma das vezes que seu pai havia sido preso. Após dois anos de enclausuramento, Manoel Jacinto retornou para casa e teve que lidar com o estranhamento da filha em relação à sua presença: “até um

pouco antes dela [Eunice] se casar havia este problema entre os dois. Na verdade ela nunca aceitou muito que aquele homem que pintou de repente pudesse ser o pai dela”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 4)

Alheio aos problemas familiares, ausente quando sua esposa e filhos necessitavam, Manoel Jacinto sempre estava envolvido nas atividades do partido: “pra dizer mesmo a verdade, mesmo que ele não estivesse preso, na hora do parto minha mãe sempre estava sozinha, porque ele estava fora, cumprindo as tarefas do partido. Ela [Anita] sempre teve os filhos sozinha, ajudada pela minha vó.” Na opinião de Elza Correia, existe uma “grande falta de responsabilidade dos quadros do partido comunista. Largavam a família (...) na pior dificuldade”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 4; 8)

A indiferença não era algo restrita apenas ao partido. Elza Correia ressalta as suas dificuldades e as de seus irmãos no ambiente escolar. As queixas partem desde problemas pessoais, com professores, até nas mudanças de endereço, solicitadas constantemente pelo PCB, que teriam comprometido o andamento de alguns anos letivos: “nós éramos filhos do Manoel Jacinto, então reprovávamos porque éramos filhos de comunistas”. As humilhações, segundo Elza Correia, eram constantes. Certa vez, no início de ano letivo, o professor de História, Leopoldo, “chamou meu nome, me fez levantar na sala e disse: ‘Esta é a filha de Manoel Jacinto Correia, que é comunista e está preso. Portanto, não sejam amigos dela, não brinquem com ela’”. A exposição aos colegas de classe inibia até a consolidação de relações de amizade: “as crianças tinham horror a mim. Eu era alijada das brincadeiras, não participava de nada (...) como se fosse leprosa ou qualquer coisa parecida.” (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 6-7)

As humilhações se tornaram suportáveis quando eram lembrados por Anita, sua mãe, da luta empreendida por Manoel Jacinto no combate ao conformismo. A partir de então, a figura paterna deixava de ser motivo de vergonha e represálias para se tornar símbolo de heroificação, a ponto do próprio pai, subjugado por boa parte da sociedade londrinense, mobilizar os filhos em suas atividades partidárias e revolucionárias: “nós éramos solidários, carregávamos material para esconder, cada um dentro da minha casa tinha uma tarefa, avisar quando havia pessoas diferentes no bairro (...) [ou] um carro parado na esquina”. (APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 7)

As imagens de esperança e das certezas de solidariedade e fraternidade entre os homens sugeridos pelo jovem Manoel Jacinto poderiam ser apontadas pelos círculos conservadores como “utopias”, no sentido de planos irrealizáveis ou destituídos de bases “reais”. Talvez fosse mais prudente tentar compreendê-las como um conjunto ordenado de representações, no qual, em consonância com Pierre Ansart (1978, p. 21-22), os comunistas pudessem exprimir seus valores e normas, estabelecerem as necessidades coletivas, os papéis sociais e os fins que quisessem alcançar.

Mesmo sustentados por uma doutrina política, um viés materialista e segundo Jorge Ferreira (2002, p. 23), por mais que os comunistas rejeitassem qualquer relação com a “religiosidade, defendessem a primazia do conhecimento científico na decifração da realidade em que viviam e se expressassem por uma linguagem laicizada, havia algo de mítico, sacralizado e nostálgico em suas manifestações discursivas e comportamentais”. Filha – Elza Correia – e ex-esposa – Ana Correia (Anita) – não compreendiam como Manoel Jacinto, a exemplo de outros

comunistas, mantinham o ânimo forte, a moral elevada e sem aparentar abatimento emocional.

Prisões, perseguições, necessidades, imposição hierárquica dentro do partido, ostracismo social e ressentimentos dos familiares. Mesmo em situações dramáticas o militante Manoel Jacinto, se inspirava em tradições que narravam uma catástrofe universal e a esperança de uma vida melhor.

Conclusão

Apesar das adversidades e abastecidos por um ideal revolucionário, os comunistas acreditavam na possibilidade de transformar o mundo. Conforme Raoul Girardet (1987, p. 101), a visão da “Idade de ouro”, semelhante à proposta por estes revolucionários, “confunde-se irredutivelmente com a de um tempo não-datado, não-mensurável, não contabilizável, do qual se sabe apenas que se situa no começo da aventura humana o que foi o da inocência e da felicidade”. O “tempo presente”, ou seja, fins da década de 1940 e início dos anos de 1950 são representados pela desordem tanto no âmbito nacional quanto no estadual: degradação das liberdades garantidas pela Constituição de 1946, cassação do PCB em 1947, por disputas de terras (como na Revolta de Porecatu) e nas campanhas urbanas (pela Paz Mundial, contra o desarmamento, repúdio ao envio de soldados para a Guerra da Coreia, para não citar outras). Inspirados no exemplo da União Soviética, comandada por Stálin, os comunistas acreditavam no tempo da “grandeza”, momento de “uma nobreza ou de uma certa felicidade (...) a fixar-se em torno de dois valores essenciais: valor de inocência, de pureza, por um lado; valor de amizade, de solidariedade, de comunhão, por outro” (GIRARDET, 1987, p. 105). Seria o período do comunismo, a ascensão dos trabalhadores, a “Idade de ouro”.

Além disso, o marxismo que serviu de inspiração para os comunistas, compartilhou a ideia do messianismo da tradição judaico-cristã: “de um lado, o papel profético e a função soteriológica que atribui ao proletariado; de outro lado, a luta final entre o Bem e o Mal, que pode ser facilmente comparada ao conflito apocalíptico entre Cristo e Anticristo, seguido da vitória definitiva do primeiro”. (ELIADE, 1972, p. 158)

Assim, o pensamento político dos comunistas norte-paranaenses era mais forte do que suas atitudes e ações. Apesar de não concordarem com muitas deliberações do PCB no norte do Paraná e de existir suspeitas do aproveitamento do comitê central de São Paulo de ver a região como um local ausente de membros preparados para lutar pelo comunismo, a ponto de enviar para a região alguns membros reconhecidos nacionalmente, como Gregório Bezerra e João Saldanha, é notório que a crença no discurso partidário era maior. Manoel Jacinto, um dos líderes do partido no setentrião paranaense, discordava de vários pontos do PCB, principalmente em relação às atitudes deliberadas pelo partido nos anos de 1940 e 1950, mas durante esse período, não se desvinculou dele e lutava por sua causa.

Mesmo diante de discussões que, por vezes, resultavam em rupturas, havia no papel da militância exercido por Manoel Jacinto um conjunto de pensamentos e certezas alimentados pelo partido. As ideias que o auxiliaram a suportar tamanhas adversidades – físicas, emocionais e familiares – são provenientes de uma tradição intelectual que se consolidou na segunda metade do século XIX. Nas várias áreas do conhecimento, as reflexões dos intelectuais destinavam-se na identificação de

“ideias mistificadoras que impediriam os homens de verem a si próprios e as suas relações sociais sem máscaras, roupagens ou adornos”. (FERREIRA, 2002, p. 21)

A busca pela “Idade de ouro”, evidente na doutrina comunista, exigia dedicação exclusiva e, por isso, se fez à custa do abandono familiar, discussões no interior do PCB e do desprezo de parte da sociedade que partilhava do pensamento conservador. Magoadado e ressentido, sentindo-se injustiçado, Manoel Jacinto, mesmo assim, não pensou em abandonar o PCB entre os anos de 1940 e 1950.

Desse modo, a cultura comunista entre os militantes do PCB no norte do Paraná entre 1945-1953, estava embasada na busca da “Idade de ouro”. O partido atuou livremente por dois anos (1945-1947), o que permitiu o envolvimento de simpatizantes, a sua organização e estruturação no Estado. Mesmo assim, autoridades policiais não deixaram de acompanhar suas atividades, a ponto de aprisionar e perseguir membros pertencentes aos quadros do PCB.

No esforço de reconstituir a trajetória da militância comunista de Manoel Jacinto, foi possível compreender a dedicação da vida desse militante à crença numa causa: o fim da exploração capitalista e o esforço na construção de uma sociedade mais justa. A experiência deste revolucionário está ausente de glórias e reconhecimentos. Privações, mágoas, dúvidas, incertezas, ressentimentos, discussões, negligência e violência parecem caracterizar a realidade do militante comunista e seus familiares no norte paranaense, muito embora seja inegável que Manoel Jacinto personifique uma história de luta por transformações sociais e políticas. Sua trajetória de privações se assemelha a de uma minoria de brasileiros que não foram passivos aos acontecimentos de seu tempo, apesar dos acometimentos, à repressão física e psicológica. Mesmo não possuindo uma vida acadêmica consolidada, como parte significativa das lideranças do PCB, Manoel Jacinto buscou fazer a diferença na sociedade por meio de seus ideais revolucionários. Portanto, analisar sua história de vida simboliza compreender, de forma mais aprofundada possível, o contexto ao qual esteve inserido.

Referências bibliográficas

Livros:

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. São Paulo. Editora Perspectiva, 1972.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)** v. 0, Rio de Janeiro, Ed. Maud/Eduff, 2002.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo. Ed.Cia das Letras,1987.

HOLTZ, Edson. **Faces ilícitas de uma cidade: representações da prostituição em Londrina (1940-1966)**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista. Assis, 2001.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 1994.

MOTA, Lúcio Tadeu. **Novas contribuições aos estudos disciplinares dos Kaingang**. Londrina: Ed. UEL, 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.

Capítulos de livros:

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p. 362-363.

LAZIER, Hermógenes. O jornal do partido, a Tribuna do Povo (entrevista). In: CODATO, Adriano; KIELLER, Marcio (Orgs.). **Velhos vermelhos**: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: UFPR, 2008, p. 157-176.

PRIORI, Angelo. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, Sandra C. A.; ZANIRATO, Silvia Helena. **Narrativas da Pós-Modernidade da Pesquisa Histórica**. Maringá: Eduem, 2005, p.155-170.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 441-450.

Artigos em periódicos:

BARROS, José D'Assunção. O estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Revista de Educação *Educere et Educare***. Ponta Grossa: v. 4, n. 7, jan./jun. 2009, p. 147-162.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH Revista de História**, Ouro Preto: UFOP, n. 6, 1996, p. 92-100.

Teses/Dissertações:

ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **A subversão do paraíso**: o comunismo em Londrina (1945-1951). São Paulo. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES JÚNIOR, Reginaldo. **Revolução e democracia**: vivências e representações. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Márcio Mauri Kieller. **Elite vermelha**: um perfil sócioeconômico dos dirigentes estaduais do Partido Comunista Brasileiro no Paraná (1945-1964). Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2004.

Fontes

Entrevistas:

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Ana Pereira Correia (Anita). 25 mar. 1985.

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985.

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Jacob Gorender. 19 mar. 1985.

ARQUIVO PARTICULAR DE TERESA URBAN. Entrevista. Manoel Jacinto Correia. Não datado.

ⁱ A ficha nominal de Manoel Jacinto Correia encontra-se no Arquivo Público do Estado Do Paraná. Cf.: FUNDO DOPS. Ficha nominal de Manoel Jacinto Correia. Ficha n. 9.812. Pasta n. 2.543. Cx. 422.

ⁱⁱ A fim de simplificar a redação, essa fonte será sempre referenciada, neste trabalho, por suas iniciais, isto é APTU.

ⁱⁱⁱ Em depoimento a Teresa Urban, a filha de Manoel Jacinto Correia, Elza Correia, afirma a predisposição do pai e seu cargo de pastor na Igreja Protestante antes de residir em Londrina. APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 02.

^{iv} Nesse ponto existem divergências entre Anita, esposa de Manoel Jacinto Correia, e Elza, filha do militante comunista. Em seu depoimento à jornalista Teresa Urban, Anita não menciona que Manoel Jacinto foi expulso da Igreja, mas que ele não concordou com a expulsão de um pastor protestante negro, chamado Enofre Medrades por outro pastor, que, segundo a entrevistada, seria americano. Manoel Jacinto considerou o ato como racismo e, juntamente com sua família, teria se afastado da prática religiosa. APTU. Entrevista. Elza Pereira Correia Muller. 20 mar. 1985, p. 02.

^v A Revolta de Porecatu foi um conflito armado entre posseiros, jagunços e latifundiários que ocorreu nas cidades norte-paranaenses de Jaguapitã, Guaraci, Centenário do Sul e Porecatu, entre os anos de 1948 a 1951. Nessas localidades, centenas de camponeses recorreram às armas para defender as suas posses e a terra de trabalho de suas famílias. (PRIORI, 2005)

^{vi} Organizado desde 1949 no Paraná, o Movimento dos Partidários da Paz foi fundado com o nome de Conselho Pró-Paz e Cultura e tinha como objetivo fomentar ações pela paz.